



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2019

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP

| | |
|---------------|---|
| Tipo | Menor Preço |
| Objeto | Registro de preços para eventual aquisição de uniformes formal e operacional, necessários para o desenvolvimento das atribuições dos Técnicos Judiciários, especialidade segurança, deste Tribunal, conforme especificações e condições contidas no Termo de Referência. |

Exclusivo para Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP)

SESSÃO PÚBLICA PARA FORMULAÇÃO DE LANCES

| | |
|--------------|---|
| Dia | 22/01/2020 |
| Hora | 09:00h |
| Local | www.comprasgovernamentais.gov.br |

LOCAL, DIAS E HORÁRIOS PARA LEITURA OU OBTENÇÃO DESTE EDITAL

| | |
|---------------|---|
| Dia | Segunda a sexta-feira |
| Hora | Das 8h às 16h – horário de Brasília-DF |
| Local | Secretaria de Licitações e Contratos, situada no Fórum Trabalhista de Goiânia, à Avenida T-1, esquina com a Rua T-51, Lotes 1 a 24, Quadra T-22, 7º andar, Setor Bueno, Goiânia/GO – CEP: 74.215-901. Telefone: (62) 3222-5657 ou 3222-5244 |
| Anexos | I – Termo de Referência; II – Minuta da Ata de Registro de Preços; III - Termo de Cadastro e Responsabilidade e IV – Declaração. |

Retire o edital gratuitamente pelos portais:

www.trt18.jus.br e www.comprasgovernamentais.gov.br

CÓDIGO UASG: 80020

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO, neste ato representado por seu (sua) Pregoeiro (a), designado(a) pela Portaria TRT 18ª GP/DG/SLC nº 1920, de 02 de julho de 2019, torna público, para conhecimento dos interessados, que na data, horário e local abaixo indicados, em obediência ao disposto na Lei nº 10.520/2002, nos Decretos nº 7.892/2013, nº 7.174/2010, na Lei Complementar nº 123/2006 (alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, regulamentada pelo Decreto nº 8.538 de 06 de outubro de 2015), no Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666/1993, realizará licitação na modalidade **Pregão**, na forma **Eletrônica**, mediante as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

| SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO | |
|-------------------------------------|--|
| DATA: | 22/01/2020 |
| HORÁRIO: | 09:00h |
| ENDEREÇO ELETRÔNICO: | www.comprasgovernamentais.gov.br |
| REFERÊNCIA DE TEMPO: | Horário de Brasília-DF |

1 OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 Registro de preços para eventual aquisição de uniformes formal e operacional, necessários para o desenvolvimento das atribuições dos Técnicos Judiciários, especialidade segurança, deste Tribunal, conforme especificações e condições contidas no Termo de Referência e no quadro abaixo:

| ITEM | DESCRIÇÃO | ESPECIFICAÇÕES | QTDE ESTIMADA |
|------|-------------------------|---|---------------|
| 1 | SAPATO SOCIAL MASCULINO | <p>Características essenciais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cabedal: modelo em couro macio; amarra em cadarços para melhor ajuste. • Palmilha: macia e confortável, revestida em PU macio, de fácil adaptação e maior conforto aos pés. • Capacidade para absorção de transpiração. • Forro: em couro para evitar odores e desconforto. • Solado: material em couro; dotado de sistema especial de bolsa de ar para amortecimento com salto com 3cm de altura. • Cor: preto • A numeração a ser fornecida será definida quando da ocorrência de cada contratação. <p>Modelo de referência: Democrata lounge ou similar.</p> | 70 unidades |
| 2 | CINTO SOCIAL EM COURO | <p>Características essenciais:</p> | 70 unidades |

| | | | |
|----------|----------------------|---|--------------|
| | 100% | Cinto esporte fino; cor preta; confeccionado em couro legítimo; costurado sem emendas; polido; fivela cromada com tratamento antiferrugem; dotado de um passante também em couro; medindo 3 cm (três centímetros) de largura e comprimento total nos tamanhos P, M, G e GG, que serão definidos quando da ocorrência de cada contratação. | |
| 3 | GRAVATA | <p>Características essenciais:</p> <p>Gravata de Jacquard, 100% poliéster fio tinto; Entretela dupla; Forro pontilhado; Comprimento padrão mundial; Etiqueta de composição e de marca bordadas; Comprimento mínimo de 150 cm; Modelo de amarrar; Cor e estampa a escolher, devendo possuir design moderno; Referência: Maestro Premium ou similar.</p> | 70 unidades |
| 4 | COSTUME | <p>Características essenciais:</p> <p>Costume Masculino "Slim FIT ou MÉDIO", corte italiano, composto por blazer e calça nas cores preta, azul-marinho ou cinza com, no mínimo, os seguintes requisitos:</p> <p>Blazer com modelagem Slim Fit; confeccionado em tecido PV composto por 65% de poliéster e 35% de viscose, a fim de confortar e proporcionar sensação de bem estar. Mangas longas; três bolsos frontais embutidos, sendo dois na parte inferior fechados por lapela e um na altura do tórax com acabamento invisível, que agregue estilo e praticidade à peça clássica; fechamento frontal por 02 botões, que facilita o vestir e possibilita a variação de uso; ilhargas e flancos com possibilidade de ajustes futuros. Forro de poliviscose com 52% poliéster e 48% viscose em cor compatível com a cor do tecido principal, prega na parte traseira do forro. Forro dos bolsos em poliviscose; dois bolsos na parte interna do duque (paletó/blazer), sendo um do lado direito e outro do lado esquerdo, com forro em acabamento com mesmo tecido principal; acabamento em travete.</p> <p>Calça Social com modelagem reta, em tecido e cor idêntica à do blazer; com dois bolsos tipo faca, acabamento em travete, dois bolsos traseiros com caseados na vertical e um botão corozo em cada bolso; forro em algodão e poliéster; parte interna do cóis forrado com algodão e em cor compatível com a do tecido principal; botão interno de adaptação; sobra de 4cm de tecido no cóis e na altura do quadril para ajustes futuros, se necessário; cóis que abriga seis passantes finos; zíper em poliéster antiferrugem com deslizamento prático; cor idêntica à do paletó.</p> <p>As peças deverão preservar as seguintes características: boa resistência; durabilidade; baixo índice de encolhimento; secagem rápida; modelagem mais ajustada ao corpo.</p> <p>Deverá conter etiqueta do fabricante e o número do manequim, que irá variar entre 46 a 60.</p> <p>As cores e tamanhos a serem fornecidos serão definidos quando da ocorrência de cada contratação.</p> | 70 unidades |
| 5 | CAMISA SOCIAL | <p>Características essenciais:</p> <p>Camisa tipo "sport fino", 100% algodão, maquetado, fio 80, com barbatana removível; manga longa; corte "slim fit", que mantenha as seguintes características: permita a transpiração do corpo; apresente propriedades térmicas; modelagem que ajuste ao corpo; boa resistência; durabilidade; baixíssimo índice</p> | 140 unidades |

| | | | |
|---|--|--|--------------|
| | | <p>de encolhimento; deverá conter etiqueta do fabricante com a composição do tecido e o número do manequim, que irá variar entre 1 a 5.</p> <p>As cores e tamanhos a serem fornecidos serão definidos quando da ocorrência de cada contratação.</p> | |
| 6 | CALÇA OPERACIONAL | <p>Características essenciais:</p> <p>Calça operacional confeccionada em tecido RIP STOP composto de 67% poliéster e 33% algodão do tipo Santista ou superior; cor preta; com proteção UV (ultra violeta) de forma a garantir que o tecido não desbote. Deverá conter etiqueta do fabricante e o número do manequim, que irá variar entre 38 ao 52. Modelo reta, folgada até abaixo do joelho com comprimento da cintura até a bainha, de forma a ser utilizada sobre o coturno. Costura em ponto corrente três agulhas nas pernas, entrepernas e fechamento gancho interloc. Reforço de proteção nos joelhos. Tiras de ajuste na cintura, fechamento de cós, bolsos, tampas, vista, gancho frontal e aplicação de reforço com pesponto duplo e travetes nos pontos vulneráveis (vista, passantes, canto de bolsos e junção das ilharças).</p> <p>Dotada de 08 (oito) bolsos, sendo: dois bolsos frontais, embutidos, medindo (8 x 13)cm, para celular e canivetes; dois bolsos na frente, tipo faca, com abertura de 19 cm; dois bolsos laterais, tipo fole, na altura da coxa, posicionados com centro na costura lateral da perna, iniciando 22 cm da base do cós, com tampa reta (7 x 18)cm e abotoada com sistema de velcro na parte interna, 18 cm de largura, 20 cm de comprimento e 3 cm de fole, duas pregas paralelas distantes 4 cm com profundidade de 8 mm cada; dois bolsos traseiros embutidos, com tampa, iniciando 5 cm da base do cós, com altura de 15 cm e largura de 14 cm, com tampa reta (14 x 5)cm e abotoada com sistema de velcro na parte interna.</p> <p>A calça deverá conter dois tipos de passadores:</p> <p>a) sete unidades, medindo externamente (4,5 x 1,5)cm, sendo dois na frente, um em cada lateral e três atrás;</p> <p>b) cinco unidades medindo externamente (6 x 3)cm, permitindo passagem de cinto de até 5 cm, sendo dois na frente e três atrás; cós fixo duplo de 3,5 cm, fechado por botão de 15 mm; vista fechada com zíper reforçado, boca da calça com 21 cm, aproximadamente.</p> <p>Os tamanhos a serem fornecidos serão definidos quando da ocorrência de cada contratação e o modelo deverá ser conforme o constante do ANEXO B.</p> | 140 unidades |
| 7 | CINTO NÁILON PARA CALÇA TÁTICA COM BRASÃO | <p>Características essenciais:</p> <p>Cinto confeccionado em correia de náilon, de forma plana, lisa e com duas orelas, com largura de 35 mm e espessura de 2,5 mm; a fivela PRETA terá ao seu centro o BRASÃO da Segurança do TRT (ANEXO A) gravado em alto-relevo, constituindo-se de uma chapa ligeiramente abaulada e retangular confeccionada em latão preto em cujas extremidades estarão embutidas as duas presilhas em forma de mordentes; nos lados de maiores dimensões, a chapa apresentará duas dobras recortadas e com as arestas arredondadas, em cujas extremidades estarão vazados os olhais de articulação das presilhas; as presilhas são do mesmo material, constituindo-se, cada uma, de lâmina dobrada em ângulo agudo, sendo um lado</p> | 70 unidades |

| | | | |
|----|-------------------------|--|--------------|
| | | recortado na forma de dentes, para aprisionar o cinto, e o outro lado servindo de alavanca; nas extremidades das presilhas, pequenas espigas se articulam à fivela; conforme modelo do ANEXO D e comprimentos nos tamanhos P, M, G e GG, que serão definidos quando da ocorrência de cada contratação. | |
| 8 | GANDOLA | <p>Características essenciais:</p> <p>Gandola confeccionada em tecido RIP-STOP 67% algodão e 33% poliéster, com proteção contra raios solares UVA e UVB; com 4 bolsos frontais com tampa, sendo 2 superiores (com espaço para caneta esferográfica) e 2 inferiores; reforço no cotovelo; regulagem de punho através de botões; botões de fechamento frontal escondidos; cor preta; modelagem padrão BDU (Battle Dress Uniform); parte alta da manga esquerda com brasão, conforme modelo do ANEXO A; manga direita contendo a bandeira nacional nas cores originais e com dimensões (4 X 6)cm, tudo em bordado ponto cheio; nas costas, a inscrição emborrachada "PODER JUDICIÁRIO FEDERAL" com 5 cm na altura da fonte na cor CO M20 Y60 K20, conforme ANEXO F.</p> <p>Bolsos Frontais (medidas aproximadas): Bolso Superior: (14,5 x 15,5)cm Bolso Inferior: (18,5 x 19,5)cm</p> <p>Deverá conter etiqueta do fabricante e os tamanhos dos manequins (P, M, G e GG), que serão definidos quando da ocorrência de cada contratação.</p> | 70 unidades |
| 9 | CAMISETA | <p>Características essenciais:</p> <p>Camiseta produzida em malha 100% algodão com fio 30.1 penteado; acabamento em costura dupla; gola de ribana dupla com composição 96% algodão e 4% elastano; mangas curtas; cor preta. Parte frontal com brasão no lado esquerdo do peito, conforme modelo do ANEXO A, nas dimensões (10 x 7,5) cm.</p> <p>Manga esquerda contendo a sigla "TRT 18ª REGIÃO", com 1 cm na altura da fonte e de cor dourada, e o logotipo do TRT conforme ANEXO C, perfazendo o conjunto as dimensões de (8 X 6)cm. Manga direita contendo a bandeira nacional nas cores originais e com dimensões (4 X 6)cm. Nas costas da camisa, a escrita "PODER JUDICIÁRIO FEDERAL", com as seguintes medidas, conforme ANEXO F, na cor CO M20 Y60 K20, todos em silk <i>PODER JUDICIÁRIO</i> " 2,5 cm de Altura e 26 cm de largura;</p> <p>- "FEDERAL" 5,0 cm de Altura e 26 cm de Largura;</p> <p>- Distância de Altura entre as palavras "Poder Judiciário" e "Federal" de 1,0 cm.</p> <p>As peças deverão preservar as seguintes características: boa resistência; durabilidade; baixo índice de encolhimento; secagem rápida; modelagem mais ajustada ao corpo.</p> <p>Deverá conter etiqueta do fabricante e o tamanho do manequim (P, M, G e GG), que serão definidos quando da ocorrência de cada contratação.</p> | 120 unidades |
| 10 | CAMISA GOLA POLO | <p>Características essenciais:</p> <p>Camisa gola Polo confeccionada em tecido malha Piquet (50% algodão e 50% poliéster), na cor preta. Parte frontal com brasão no lado esquerdo do peito, conforme modelo do ANEXO A, nas</p> | 220 unidades |

| | | | |
|--|--|---|--|
| | | <p>dimensões (10 x 7,5)cm. Manga esquerda contendo a sigla “TRT 18ª REGIÃO”, com 1 cm na altura da fonte e de cor dourada, e o logotipo do TRT conforme ANEXO C, perfazendo o conjunto as dimensões de (8 X 6)cm. Manga direita contendo a bandeira nacional nas cores originais e com dimensões (4 X 6)cm, tudo em bordado ponto cheio. Nas costas da camisa, a escrita emborrachada “PODER JUDICIÁRIO FEDERAL” com 5 cm na altura da fonte, conforme ANEXO F, na cor CO M20 Y60 K20. Deverá conter etiqueta do fabricante com a composição do tecido e os tamanhos dos manequins (P, M, G ou GG), que serão definidos quando da ocorrência de cada contratação.</p> | |
|--|--|---|--|

1.2 O quantitativo indicado no quadro acima é meramente estimativo para aquisição pelo período de validade da Ata de Registro de Preços;

1.3 A quantidade mínima de unidades a ser cotada para os itens é a mesma contida na coluna “Quantidade Estimada” do quadro acima.

1.4 Em caso de discrepância entre as especificações do objeto descritas no Comprasnet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

2 CREDENCIAMENTO

2.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

2.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

2.4 É de responsabilidade exclusiva do licitante o uso adequado do sistema, cabendo-lhe zelar por todas as transações efetuadas diretamente ou por seu representante.

2.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3 PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão, exclusivamente, as microempresas - ME e as empresas de pequeno porte – EPP, que cumpram os requisitos legais para a qualificação instituídos pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, cujo **ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação**, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

3.2 Não será admitida nesta licitação a participação de interessados:

- 3.2.1 Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.2.2 Que estejam em processo de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou liquidação;
- 3.2.3 Que estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, ou ainda, cooperativas;
- 3.2.4 Que estejam com o direito de licitar suspenso e impedida de contratar com este Tribunal, nos termos do inciso III do art. 87, da Lei nº 8.666/1993 ou art. 49 do Decreto nº 10.024/2019;
- 3.2.5 Que tenham sido declaradas inidôneas, nos termos do inciso IV do art. 87, da Lei nº 8.666/1993;
- 3.2.6 Quaisquer interessados que se enquadrem nas demais vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/1993;
- 3.2.7 Que estejam inscritas no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, **restringindo a limitação às empresas inidôneas e, no que tange à suspensão, às empresas suspensas no âmbito deste Tribunal**, e na Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União, sendo estas condições para a empresa e seu sócio majoritário.

4 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 A proposta deverá ser formulada e encaminhada exclusivamente por meio do sistema eletrônico, **concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.1.1 Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

4.1.2 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do Sicafe.

4.2 A proposta deverá apresentar o valor unitário e total do item, sendo obrigatório, sob pena de desclassificação, o preenchimento do campo “descrição detalhada do objeto”, onde deverão ser transcritas as especificações sucintas do objeto ofertado, em conformidade com o estabelecido no Termo de Referência.

4.2.1 A proposta deverá ainda especificar, quando cabíveis, nos campos apropriados do sistema: marca, modelo, fabricante, data de fabricação, validade e demais referências que identifiquem o produto cotado, ficando o proponente, em caso de omissão, obrigado a fornecer o bem indicado pelo TRT 18ª Região.

4.2.2 O valor proposto englobará todas as despesas com mão-de-obra, impostos, encargos sociais e previdenciários, taxas, seguros, transportes e qualquer outra que incida ou venha a incidir sobre o objeto da presente contratação.

4.3 O licitante deverá apresentar declaração, em campo próprio do Sistema, afirmando:

a) que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em

conformidade com as exigências do Edital, tendo sido elaborada de maneira independente;

b) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

c) se os serviços são produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

d) que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

e) que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

4.4 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

4.5 A simples apresentação da proposta corresponderá à declaração de inexistência de fatos impeditivos da participação do interessado na presente licitação e eximirá o(a) Pregoeiro(a) do disposto no art. 97 da Lei nº 8.666/1993.

4.6 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.7 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de sua apresentação.

4.8 Os erros, equívocos e omissões havidos nas propostas serão de inteira responsabilidade do proponente, não lhe cabendo, em caso de classificação, eximir-se da execução do objeto da presente licitação.

4.9 A proposta deverá ser firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado, devendo o proponente se limitar às especificações deste Edital.

4.10 Não serão aceitas propostas que apresentarem preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero.

4.11 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou com irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

4.12 Qualquer elemento que possa identificar o licitante, importa igualmente a desclassificação da proposta.

4.13 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso

público após o encerramento do envio de lances.

4.14 Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances.

5 SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

5.1 A sessão pública deste Pregão eletrônico, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a) designado(a), ocorrerá em data e horário indicados neste Edital, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

5.1.1 A comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

5.2 Aberta a sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que estejam desconformes com os requisitos estabelecidos neste Edital.

5.2.1 A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo(a) Pregoeiro(a).

5.3.1 Somente as propostas classificadas pelo pregoeiro participarão da etapa de envio de lances.

5.4 Classificadas as propostas, o(a) Pregoeiro(a) dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

5.4.1 Os lances serão ofertados pelo **VALOR UNITÁRIO DO ITEM**.

5.5 Os licitantes somente poderão oferecer lances sucessivos e inferiores aos últimos por ele ofertados e registrados pelo sistema, observado o disposto no subitem 5.9 deste edital.

5.6 Caso haja 02 (dois) ou mais lances iguais, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

5.7 Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexequível.

5.8 Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.9 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,2% (dois décimos por cento)**.

5.10 Será adotado para o envio de lances neste pregão eletrônico o **MODO DE DISPUTA ABERTO**, nos termos do art. 32 do Decreto 10.024/2019.

5.11 A etapa de envio de lances na sessão pública durará **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos

últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.1 A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

5.11.2 Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no subitem 5.11 e no subitem 5.11.1, a sessão pública será encerrada automaticamente

5.11.3 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no subitem 5.11, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 7º do Decreto 10.024/2019, mediante justificativa.

5.12 Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o(a) Pregoeiro(a) no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

5.13 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.14 Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos [art. 44](#) e [art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), conforme item 6 deste edital, seguido da aplicação do critério estabelecido no [§ 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993](#), se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

5.14.1 Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do item anterior, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

5.14.2 Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

5.15 A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública desta licitação constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

5.16 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

6 CRITÉRIO PARA JULGAMENTO

6.1 No julgamento das propostas, considerar-se-á vencedora a licitante que apresentar as especificações contidas neste Edital e ofertar o **MENOR PREÇO POR ITEM**, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis.

7 NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o

melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

7.1.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.2 Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto 10.024/2019, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.

7.3 Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

7.3.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.3.2 Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% da média dos preços finais ofertados para o mesmo item, que estejam dentro do valor estimado para a contratação, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente, não sendo possível a sua imediata desclassificação, serão realizadas diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

7.4 Nos termos do art. 15 do Decreto 10.024/2019, **o valor estimado para a contratação possuirá caráter sigiloso** e será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

8 ENVIO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA DEFINITIVA

8.1 Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, o licitante deverá encaminhar por meio da opção “Enviar anexo” do Comprasnet ou, mediante autorização do(a) pregoeiro(a) e em caso de indisponibilidade do sistema, pelo e-mail pregao@trt18.jus.br, **no prazo máximo de 2 (duas) horas**, contados da solicitação no sistema eletrônico, a proposta de preços adequada ao último lance ofertado após a negociação, contendo seguintes elementos:

8.1.1 Nome e/ou razão social do licitante, CNPJ, endereço completo e e-mail;

8.1.2 Indicação do banco, número da conta-corrente e da agência (código e endereço) do licitante, bem como nome, número da Carteira de Identidade e CPF do representante da empresa;

8.1.3 Declaração de que o licitante está ciente e concorda com os prazos para prestação dos serviços, conforme o estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste edital.

8.1.4 Prazo de validade de 90 (noventa) dias, contados da data de sua apresentação; caso a proposta omita o prazo de validade, este será entendido como sendo o de 90 (noventa) dias;

8.1.5 O item, a descrição do item, a especificação, a quantidade estimada, o

valor unitário e o valor total do item, todos valores em algarismos e por extenso, em moeda corrente, neles incluídas todas as despesas e os demais custos necessários ao perfeito cumprimento das obrigações objeto desta licitação, conforme quadro abaixo:

| ITEM | DESCRIÇÃO | ESPECIFICAÇÃO | QUANTIDADE ESTIMADA | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|----------------------------|---|---------------------|----------------|-------------|
| 1 | SAPATO SOCIAL MASCULINO | <p>Características essenciais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cabedal: modelo em couro macio; amarra em cadarços para melhor ajuste. • Palmilha: macia e confortável, revestida em PU macio, de fácil adaptação e maior conforto aos pés. • Capacidade para absorção de transpiração. • Forro: em couro para evitar odores e desconforto. • Solado: material em couro; dotado de sistema especial de bolsa de ar para amortecimento com salto com 3cm de altura. • Cor: preto • A numeração a ser fornecida será definida quando da ocorrência de cada contratação. <p>Modelo de referência: Democrata lounge ou similar.</p> | 70 unidades | R\$ | R\$ |
| 2 | CINTO SOCIAL EM COURO 100% | <p>Características essenciais:</p> <p>Cinto esporte fino; cor preta; confeccionado em couro legítimo; costurado sem emendas; polido; fivela cromada com tratamento antiferrugem; dotado de um passante também em couro; medindo 3 cm (três centímetros) de largura e comprimento total nos tamanhos P, M, G e GG, que serão definidos quando da ocorrência de cada contratação.</p> | 70 unidades | R\$ | R\$ |
| 3 | GRAVATA | <p>Características essenciais:</p> <p>Gravata de Jacquard, 100% poliéster fio tinto; Entretela dupla; Forro pontilhado; Comprimento padrão mundial; Etiqueta de composição e de marca bordadas; Comprimento mínimo de 150 cm; Modelo de amarrar; Cor e estampa a escolher, devendo possuir design moderno; Referência: Maestro Premium ou similar.</p> | 70 unidades | R\$ | R\$ |

| | | | | | |
|---|---------|---|-------------|-----|-----|
| 4 | COSTUME | <p>Características essenciais:</p> <p>Costume Masculino “Slim FIT ou MÉDIO”, corte italiano, composto por blazer e calça nas cores preta, azul-marinho ou cinza com, no mínimo, os seguintes requisitos:</p> <p>Blazer com modelagem Slim Fit; confeccionado em tecido PV composto por 65% de poliéster e 35% de viscose, a fim de confortar e proporcionar sensação de bem estar. Mangas longas; três bolsos frontais embutidos, sendo dois na parte inferior fechados por lapela e um na altura do tórax com acabamento invisível, que agregue estilo e praticidade à peça clássica; fechamento frontal por 02 botões, que facilita o vestir e possibilita a variação de uso; ilhargas e flancos com possibilidade de ajustes futuros. Forro de poliviscose com 52% poliéster e 48% viscose em cor compatível com a cor do tecido principal, prega na parte traseira do forro. Forro dos bolsos em poliviscose; dois bolsos na parte interna do duque (paletó/blazer), sendo um do lado direito e outro do lado esquerdo, com forro em acabamento com mesmo tecido principal; acabamento em travete.</p> <p>Calça Social com modelagem reta, em tecido e cor idêntica à do blazer; com dois bolsos tipo faca, acabamento em travete, dois bolsos traseiros com caseados na vertical e um botão corozo em cada bolso; forro em algodão e poliéster; parte interna do cóis forrado com algodão e em cor compatível com a do tecido principal; botão interno de adaptação; sobra de 4cm de tecido no cóis e na altura do quadril para ajustes futuros, se necessário; cóis que abriga seis passantes finos; zíper em poliéster antiferrugem com deslizamento prático; cor idêntica à do paletó.</p> <p>As peças deverão preservar as seguintes características: boa resistência; durabilidade; baixo índice de encolhimento; secagem rápida; modelagem mais ajustada ao corpo.</p> <p>Deverá conter etiqueta do fabricante e o número do manequim, que irá variar entre 46 a 60.</p> <p>As cores e tamanhos a serem fornecidos serão definidos quando da ocorrência de cada contratação.</p> | 70 unidades | R\$ | R\$ |
|---|---------|---|-------------|-----|-----|

| | | | | | |
|---|--------------------------|---|--------------|-----|-----|
| 5 | CAMISA SOCIAL | <p>Características essenciais:</p> <p>Camisa tipo “sport fino”, 100% algodão, maquetado, fio 80, com barbatana removível; manga longa; corte “slim fit”, que mantenha as seguintes características: permita a transpiração do corpo; apresente propriedades térmicas; modelagem que ajuste ao corpo; boa resistência; durabilidade; baixíssimo índice de encolhimento; deverá conter etiqueta do fabricante com a composição do tecido e o número do manequim, que irá variar entre 1 a 5.</p> <p>As cores e tamanhos a serem fornecidos serão definidos quando da ocorrência de cada contratação.</p> | 140 unidades | R\$ | R\$ |
| 6 | CALÇA OPERACIONAL | <p>Características essenciais:</p> <p>Calça operacional confeccionada em tecido RIP STOP composto de 67% poliéster e 33% algodão do tipo Santista ou superior; cor preta; com proteção UV (ultra violeta) de forma a garantir que o tecido não desbote. Deverá conter etiqueta do fabricante e o número do manequim, que irá variar entre 38 ao 52. Modelo reta, folgada até abaixo do joelho com comprimento da cintura até a bainha, de forma a ser utilizada sobre o coturno. Costura em ponto corrente três agulhas nas pernas, entrepernas e fechamento gancho interloc. Reforço de proteção nos joelhos. Tiras de ajuste na cintura, fechamento de cóis, bolsos, tampas, vista, gancho frontal e aplicação de reforço com pesponto duplo e travetes nos pontos vulneráveis (vista, passantes, canto de bolsos e junção das ilharças).</p> <p>Dotada de 08 (oito) bolsos, sendo: dois bolsos frontais, embutidos, medindo (8 x 13)cm, para celular e canivetes; dois bolsos na frente, tipo faca, com abertura de 19 cm; dois bolsos laterais, tipo fole, na altura da coxa, posicionados com centro na costura lateral da perna, iniciando 22 cm da base do cóis, com tampa reta (7 x 18)cm e abotoada com sistema de velcro na parte interna, 18 cm de largura, 20 cm de comprimento e 3 cm de fole, duas pregas paralelas distantes 4 cm com profundidade de 8 mm cada; dois bolsos traseiros embutidos, com tampa, iniciando 5 cm da base do cóis, com altura de 15 cm e</p> | 140 unidades | R\$ | R\$ |

| | | | | | |
|---|--|---|-------------|-----|-----|
| | | <p>largura de 14 cm, com tampa reta (14 x 5)cm e abotoada com sistema de velcro na parte interna.</p> <p>A calça deverá conter dois tipos de passadores:</p> <p>a) sete unidades, medindo externamente (4,5 x 1,5)cm, sendo dois na frente, um em cada lateral e três atrás;</p> <p>b) cinco unidades medindo externamente (6 x 3)cm, permitindo passagem de cinto de até 5 cm, sendo dois na frente e três atrás; cóis fixo duplo de 3,5 cm, fechado por botão de 15 mm; vista fechada com zíper reforçado, boca da calça com 21 cm, aproximadamente.</p> <p>Os tamanhos a serem fornecidos serão definidos quando da ocorrência de cada contratação e o modelo deverá ser conforme o constante do ANEXO B.</p> | | | |
| 7 | CINTO NÁILON PARA CALÇA TÁTICA COM BRASÃO | <p>Características essenciais:</p> <p>Cinto confeccionado em correia de náilon, de forma plana, lisa e com duas ourelas, com largura de 35 mm e espessura de 2,5 mm; a fivela PRETA terá ao seu centro o BRASÃO da Segurança do TRT (ANEXO A) gravado em alto-relevo, constituindo-se de uma chapa ligeiramente abaulada e retangular confeccionada em latão preto em cujas extremidades estarão embutidas as duas presilhas em forma de mordentes; nos lados de maiores dimensões, a chapa apresentará duas dobras recortadas e com as arestas arredondadas, em cujas extremidades estarão vazados os olhais de articulação das presilhas; as presilhas são do mesmo material, constituindo-se, cada uma, de lâmina dobrada em ângulo agudo, sendo um lado recortado na forma de dentes, para aprisionar o cinto, e o outro lado servindo de alavanca; nas extremidades das presilhas, pequenas espigas se articulam à fivela; conforme modelo do ANEXO D e comprimentos nos tamanhos P, M, G e GG, que serão definidos quando da ocorrência de cada contratação.</p> | 70 unidades | R\$ | R\$ |
| 8 | GANDOLA | <p>Características essenciais:</p> <p>Gandola confeccionada em tecido RIP-STOP 67% algodão e 33% poliéster, com proteção contra raios solares UVA</p> | 70 unidades | R\$ | R\$ |

| | | | | | |
|---|-----------------|--|--------------|------------|------------|
| | | <p>e UVB; com 4 bolsos frontais com tampa, sendo 2 superiores (com espaço para caneta esferográfica) e 2 inferiores; reforço no cotovelo; regulagem de punho através de botões; botões de fechamento frontal escondidos; cor preta; modelagem padrão BDU (Battle Dress Uniform); parte alta da manga esquerda com brasão, conforme modelo do ANEXO A; manga direita contendo a bandeira nacional nas cores originais e com dimensões (4 X 6)cm, tudo em bordado ponto cheio; nas costas, a inscrição emborrachada "PODER JUDICIÁRIO FEDERAL" com 5 cm na altura da fonte na cor CO M20 Y60 K20, conforme ANEXO F.</p> <p>Bolsos Frontais (medidas aproximadas): Bolso Superior: (14,5 x 15,5)cm Bolso Inferior: (18,5 x 19,5)cm</p> <p>Deverá conter etiqueta do fabricante e os tamanhos dos manequins (P, M, G e GG), que serão definidos quando da ocorrência de cada contratação.</p> | | | |
| 9 | CAMISETA | <p>Características essenciais:</p> <p>Camiseta produzida em malha 100% algodão com fio 30.1 penteado; acabamento em costura dupla; gola de ribana dupla com composição 96% algodão e 4% elastano; mangas curtas; cor preta. Parte frontal com brasão no lado esquerdo do peito, conforme modelo do ANEXO A, nas dimensões (10 x 7,5) cm.</p> <p>Manga esquerda contendo a sigla "TRT 18ª REGIÃO", com 1 cm na altura da fonte e de cor dourada, e o logotipo do TRT conforme ANEXO C, perfazendo o conjunto as dimensões de (8 X 6)cm. Manga direita contendo a bandeira nacional nas cores originais e com dimensões (4 X 6)cm. Nas costas da camisa, a escrita "PODER JUDICIÁRIO FEDERAL", com as seguintes medidas, conforme ANEXO F, na cor CO M20 Y60 K20, todos em silk <i>PODER JUDICIÁRIO</i> 2,5 cm de Altura e 26 cm de largura;</p> <ul style="list-style-type: none"> - "FEDERAL" 5,0 cm de Altura e 26 cm de Largura; - Distância de Altura entre as palavras "Poder Judiciário" e "Federal" de 1,0 cm. | 120 unidades | R\$ | R\$ |

| | | | | | |
|----|-------------------------|--|--------------|------------|------------|
| | | As peças deverão preservar as seguintes características: boa resistência; durabilidade; baixo índice de encolhimento; secagem rápida; modelagem mais ajustada ao corpo. Deverá conter etiqueta do fabricante e o tamanho do manequim (P, M, G e GG), que serão definidos quando da ocorrência de cada contratação. | | | |
| 10 | CAMISA GOLA POLO | Características essenciais: Camisa gola Polo confeccionada em tecido malha Piquet (50% algodão e 50% poliéster), na cor preta. Parte frontal com brasão no lado esquerdo do peito, conforme modelo do ANEXO A , nas dimensões (10 x 7,5)cm. Manga esquerda contendo a sigla "TRT 18ª REGIÃO", com 1 cm na altura da fonte e de cor dourada, e o logotipo do TRT conforme ANEXO C , perfazendo o conjunto as dimensões de (8 X 6)cm. Manga direita contendo a bandeira nacional nas cores originais e com dimensões (4 X 6)cm, tudo em bordado ponto cheio . Nas costas da camisa, a escrita emborrachada " PODER JUDICIÁRIO FEDERAL " com 5 cm na altura da fonte, conforme ANEXO F , na cor CO M20 Y60 K20. Deverá conter etiqueta do fabricante com a composição do tecido e os tamanhos dos manequins (P, M, G ou GG), que serão definidos quando da ocorrência de cada contratação. | 220 unidades | R\$ | R\$ |

8.2 No prazo estipulado no subitem 8.1 deste edital, o licitante deverá encaminhar, com a proposta:

8.2.1 Termo de Cadastro e Responsabilidade, conforme Anexo III do Edital.

- a) Por meio do referido Termo, o licitante fornecerá os dados necessários para a criação de *login* e senha no Sistema de Controle de Documentos Avulsos (SISDOC) do TRT18;
- b) Após cadastrado no SISDOC, o licitante terá acesso ao sistema para assinatura eletrônica de documentos produzidos eletronicamente ou resultantes de digitalização, em especial a Ata de Registro de Preços e, quando solicitado, para anexar documentos.

8.3 Todo e qualquer documento a ser firmado pelos licitantes deverá consignar expressamente o nome da pessoa signatária, não tendo o condão de suprir essa necessidade quaisquer outras referências, como "representante legal da empresa", o registro do nome da empresa etc.

8.4 Em caso de divergência entre informações contidas no Comprasnet e na proposta de

preços definitiva, prevalecerão as da proposta.

8.5 Será desconsiderada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital e em seus anexos.

8.6 O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer dos Assessores Técnicos deste Tribunal para orientar sua decisão quanto à aceitabilidade, ou não, da proposta.

8.7 Se a proposta não for aceitável, se o licitante não atender às exigências habilitatórias ou deixar de reenviar a proposta, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

9 APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA

9.1 O proponente primeiro classificado em cada item deverá, sem ônus para este Regional e mediante pedido do Pregoeiro, apresentar amostra física dos produtos cotados para conferência das especificações e qualidade, no prazo de 3 (três) dias úteis, após sua solicitação, **conforme condições estabelecidas no item 4 do Termo de Referência.**

9.1.1 Não será aceita a proposta do licitante que tiver amostra rejeitada, que não enviar amostra, ou que não apresentá-la no prazo estabelecido.

10 REQUISITOS DE HABILITAÇÃO DOS LICITANTES

10.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.1.1 SICAF;

10.1.2 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ;

10.1.3 Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, **restringindo a limitação às empresas inidôneas e, no que tange à suspensão, às empresas suspensas no âmbito deste Tribunal;**

10.1.4 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União;

10.1.5 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.1.5.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.1.5.1.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.1.5.1.2 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.1.6 Constatada a existência de sanção, o(a) Pregoeiro(a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.2 Para habilitar-se na presente licitação, o interessado deverá apresentar a seguinte documentação:

10.3 **Habilitação jurídica:**

10.3.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.3.2 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.3.3 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

10.3.4 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.3.5 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

10.3.6 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.4 **Regularidade fiscal e trabalhista:**

10.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

10.4.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.4.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, consistindo na apresentação de certidão conjunta expedida pela Receita Federal do Brasil, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e INSS.

10.4.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou da sede do licitante, em relação ao ICMS, mediante certidão emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual ou órgão correspondente; e

10.4.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou da sede do licitante, em relação ao ISS, mediante certidão emitida pela Secretaria de

Finanças Municipal ou órgão correspondente.

10.4.6 Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado;

10.4.6.1 Caso a empresa licitante não apresente a CRF, o(a) Pregoeiro(a) verificará a regularidade pela consulta à base de dados da Caixa Econômica Federal, pela internet.

10.4.7 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos moldes do art. 27, inciso IV, e art. 29, inciso V, ambos da lei nº 8.666/1993, com redação dada pela Lei nº 12.440/2011;

10.5 Qualificação Econômico-Financeira:

10.5.1 Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

10.6 Qualificação Técnica:

10.6.1 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, ou seja, fornecimento de uniformes (conforme o item ou itens da proposta), mediante apresentação de, pelo menos, um atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado;

10.6.1.1 O atestado deverá conter, obrigatoriamente:

- a) Nome da empresa ou órgão que fornece o atestado;
- b) Endereço completo;
- c) Manifestação acerca da qualidade dos bens fornecidos; e
- d) Identificação do responsável pela emissão de atestado com nome, função e telefone para solicitação de informações adicionais de interesse do Pregoeiro.

10.6.1.2 No caso de atestados fornecidos por empresa privada não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa licitante. Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo, empresas controladas pela licitante ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio com poder de direção da empresa emitente e da empresa licitante (art. 30, II, da Lei 8.666/1993).

10.7 Será exigida, ainda, a seguinte documentação dos licitantes:

10.7.1 Declaração de que não se enquadra na vedação constante do inciso VI da Resolução nº 7, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), conforme anexo V deste edital.

10.8 A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

10.9 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados (**subitens 10.6 e 10.7**) ou que estejam vencidos no SICAF deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com a proposta, **até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.**

10.10 Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, **observado o prazo disposto no subitem 8.1 deste edital.**

10.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.11 Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos portais oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

10.12 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

10.13 Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.13.1 Em nenhum outro caso será concedida prorrogação para a apresentação de documentos de habilitação que não forem enviados no prazo estabelecido.

10.14 Os documentos relacionados neste Edital referir-se-ão sempre ao domicílio da empresa cadastrada no SICAF.

10.15 Os documentos necessários à participação na presente licitação deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, admitida a nomenclatura técnica específica.

10.15.1 Quaisquer documentos apresentados em língua estrangeira deverão ser traduzidos para o idioma oficial do Brasil.

10.16 A etapa de habilitação compreenderá a verificação e análise dos documentos de habilitação do licitante que tenha apresentado o menor preço na etapa de lances, relativamente ao atendimento das exigências constantes deste Edital.

10.17 Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, o(a) Pregoeiro(a) declarará o proponente inabilitado.

10.18 Os documentos terão validade expressa ou estabelecida em lei, admitidos como válidos, no caso de omissão, os emitidos a menos de noventa dias.

10.19 O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e

lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.20 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

11 INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

11.1 Declarado o vencedor, o(a) Pregoeiro(a) abrirá prazo de 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, imediata e motivadamente, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

11.2 O(A) Pregoeiro(a) fará juízo de admissibilidade da intenção de recorrer manifestada, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

11.3 O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita terá o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar as contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

11.3.1 O encaminhamento das razões de recurso, bem assim das contrarrazões, será realizado exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em campos próprios e específicos para tal finalidade.

11.4 O recurso e a impugnação contra a decisão do(a) Pregoeiro(a) não terão efeito suspensivo.

11.5 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará na decadência desse direito, ficando o(a) Pregoeiro(a) autorizado(a) a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

11.6 O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7 Se não reconsiderar sua decisão, o(a) Pregoeiro(a) submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da autoridade competente, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.

11.8 Nessa fase, caso o licitante deseje consultar os autos processo administrativo eletrônico, poderá fazê-lo mediante solicitação de acesso ao Sistema de Controle de Documentos (SISDOC) dirigida à Secretaria de Licitações e Contratos pelo e-mail: pregao@trt18.jus.br.

12 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 Na hipótese de inexistência de recursos, o(a) Pregoeiro(a) promoverá a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor, com posterior encaminhamento do processo para homologação pela autoridade competente.

12.2 Existindo recursos, o processo será encaminhado à autoridade competente para julgamento e, em caso de improvimento, adjudicação do objeto ao licitante vencedor e homologação da licitação.

12.3 No momento da homologação, os fornecedores com propostas não recusadas

serão convocados para que eles possam aderir ao Cadastro de Reserva pelo preço do primeiro colocado.

12.4 Será incluído, na respectiva ata na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do licitante vencedor do certame.

12.4.1 O anexo que trata o item anterior consiste na ata de realização da sessão pública do pregão.

13 FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 Homologada a licitação, será formalizada a Ata de Registro de Preços com o fornecedor primeiro colocado e, se for o caso, com os demais classificados que aceitarem fornecer pelo preço do primeiro, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos propostos.

13.2 O Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região convocará formalmente o fornecedor para, no prazo de 03 (três) dias úteis, cumprir as exigências pertinentes à assinatura da Ata de Registro de Preços.

13.2.1 O licitante vencedor, mediante senha e *login* criados pela Secretaria de Licitações e Contratos do TRT18, deverá acessar o SISDOC no endereço: <http://sistemas3.trt18.jus.br/sisdoc/login.seam> e proceder à assinatura eletrônica da Ata de Registro de Preços.

13.2.2 O licitante que se recusar a assinar eletronicamente a Ata de Registro de Preços deverá comparecer neste TRT18, no prazo acima estabelecido, para proceder a assinatura fisicamente, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, conforme subitem 13.3.

13.2.3 O prazo previsto no subitem 13.2 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo fornecedor convocado, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração do Tribunal.

13.3 No caso do fornecedor primeiro classificado, após convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das penalidades previstas neste Edital e demais cominações legais, os demais licitantes poderão ser convocados, respeitada a ordem de classificação, para negociação e assinatura da Ata de Registro de Preços, após comprovados os requisitos habilitatórios.

13.4 A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade, nos termos do Decreto nº 7.892/2013.

13.5 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir da publicação de seu extrato no Diário Oficial da União.

13.5.1 Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o TRT 18ª Região e os Órgãos Participantes não serão obrigados a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.6 O TRT 18ª Região realizará pesquisas periódicas de mercado para comprovação da vantajosidade dos preços registrados.

13.7 A ata de registro de preços somente poderá ser utilizada pelos órgãos ou entidades da administração que tenham participado do certame licitatório.

14 REVISÃO E CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

14.1 É vedado qualquer reajuste durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

14.2 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

14.3 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Tribunal convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

14.3.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

14.3.2 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

14.4 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o TRT 18ª Região poderá:

14.4.1 liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

14.4.2 convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

14.5 Não havendo êxito nas negociações a que se referem os subitens 14.2 a 14.4, o TRT 18ª Região deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

14.6 Visando subsidiar eventuais revisões, o TRT 18ª Região poderá elaborar pesquisas periódicas dos preços praticados no mercado.

14.7 O registro do fornecedor será cancelado:

14.7.1 quando o fornecedor que teve os preços registrados:

14.7.1.1 não cumprir as obrigações e condições constantes desta Ata de Registro de Preços;

14.7.1.2 não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

14.7.1.3 der causa à rescisão administrativa da contratação decorrente de registro de preços;

14.7.1.4 incorrer em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente de registro de preços;

14.7.1.5 sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/2002; e

14.7.1.6 não aceitar reduzir os seus preços registrados, quando estes se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

14.7.2 quando ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento desta Ata, devidamente comprovados e justificados:

14.7.2.1 por razão de interesse público; ou

14.7.2.2 a pedido por escrito do fornecedor.

14.8 A comunicação do cancelamento do registro do fornecedor ser-lhe-á feita por escrito, juntando-se o comprovante aos autos do Processo Administrativo respectivo, e, nas hipóteses dos subitens “14.7.1.1” a “14.7.1.5”, formalizado por despacho do TRT 18ª Região, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.9 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor que teve os preços registrados, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial da União.

15 SANÇÕES AO LICITANTE

15.1 Com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 49 do Decreto nº 10.024/2019, garantida a ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF e no cadastro de fornecedores deste Tribunal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, e sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 10% sobre o valor estimado da despesa, o licitante que:

15.1.1 não entregar a documentação exigida no edital;

15.1.2 apresentar documentação falsa;

15.1.3 declarar informações falsas;

15.1.4 cometer fraude fiscal;

15.1.5 comportar-se de modo inidôneo;

15.1.6 não mantiver a proposta;

15.1.7 não assinar a Ata de Registro de Preços.

15.2 Ficará caracterizado comportamento inidôneo, quando o licitante praticar atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

15.3 As sanções serão registradas e publicadas no SICAF.

15.4 As irregularidades cometidas durante a execução do objeto serão penalizadas conforme as sanções estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste edital.

16 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1 As despesas decorrentes da contratação objeto desta licitação correrão à conta do Programa de Trabalho 02.122.0571.4256.0052 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho, natureza/elemento de despesa 339030 – Material de Consumo (subitem 23 – Uniformes, Tecidos e Aviamentos).

17 ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

17.1 Decairá do direito de impugnação dos termos deste Edital perante esta Corte, aquele que não o fizer até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, apontando as falhas e irregularidades que o viciariam, mediante petição encaminhada para o e-mail: pregao@trt18.jus.br ou entregue diretamente na Secretaria de Licitações e Contratos, situada no Fórum Trabalhista de Goiânia, à Avenida T-1, esquina com a Rua T-51, Lotes 1 a 24, Quadra T-22, 7º andar, Setor Bueno, Goiânia/GO.

17.1.1 A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao(à) Pregoeiro(a) decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado data de recebimento da impugnação.

17.1.2 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e será motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

17.1.3 Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, poderá, conforme o caso, ser definida e publicada nova data para realização do certame.

17.2 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao(à) Pregoeiro(a), até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico para o endereço pregao@trt18.jus.br.

17.2.1 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

17.2.2 As respostas aos pedidos de esclarecimentos vincularão os participantes e a administração.

17.3 Os esclarecimentos de dúvidas a respeito de condições deste Edital serão divulgados mediante publicação de notas na *internet*, nos endereços www.comprasgovernamentais.gov.br e www.trt18.jus.br, cabendo aos licitantes o ônus de acessá-lo para a obtenção das informações prestadas.

17.4 A formulação da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

18 DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 O CONTRATANTE analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em caso fortuito, força maior ou qualquer outro motivo que atrase o cumprimento da obrigação, podendo, a seu critério, atribuir à responsabilidade de apurar os atos e fatos, comissivos ou omissos, a uma comissão.

18.2 É facultado ao(à) Pregoeiro(a) ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

18.3 O CONTRATADO fica obrigado a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/1993.

18.4 É admitida a fusão, cisão ou incorporação da empresa, bem assim sua alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura, desde que não prejudique a execução da contratação, cabendo à Administração decidir pelo prosseguimento ou rescisão da contratação.

18.5 A participação na presente licitação implica a concordância tácita, por parte do interessado, com todos os termos e condições do presente Edital.

18.6 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança da futura contratação.

18.7 Na contagem dos prazos previstos neste Edital, exclui-se o dia de início e inclui-se o dia do vencimento. Os prazos se iniciam e vencem em dias úteis.

18.8 Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes do Decreto nº 10.024/2019.

18.9 Quaisquer outros elementos necessários ao perfeito entendimento deste edital poderão ser obtidos na Secretaria de Licitações e Contratos, exclusivamente pelo e-mail: pregao@trt18.jus.br.

18.10 Esta licitação poderá ser acompanhada pelos portais www.trt18.jus.br e www.comprasgovernamentais.gov.br, onde são divulgados os prazos, consultas e demais informações do certame.

Goiânia, 08 de janeiro de 2020.

THAÍS ARTIAGA ESTEVES NUNES
PREGOEIRA

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Este termo de referência tem por objeto o registro de preços para eventual aquisição de uniformes formal e operacional, necessários para o desenvolvimento das atribuições dos Técnicos Judiciários, especialidade segurança, deste Tribunal.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A aquisição tem por objetivo fornecer uniformes para os Técnicos Judiciários com especialidade Segurança, recém-lotados na Divisão de Segurança Institucional, bem como a reposição daqueles já entregues aos demais Técnicos, tendo em vista o desgaste pelo uso contínuo.

2.2. Ressalta-se que é imprescindível a utilização de uniformes pela Segurança Institucional deste Tribunal, dado o caráter ostensivo e preventivo das atribuições exercidas por seus integrantes, que executam diariamente serviços velados e de proteção de autoridades fora e dentro das dependências desta Corte, além de outras funções correlatas, como condução de veículos em serviços externos, missões, cursos, etc, necessitando, portanto, de vestimenta adequada.

2.3. Oportuno mencionar que os respectivos servidores desempenham suas atribuições e realizam atendimentos em todas as unidades deste Tribunal, como Varas do Trabalho, Gabinetes de Desembargadores, Sessões Plenárias, e em todas as solenidades ou cursos promovidos por este Egrégio, além do atendimento a diversas autoridades de tal forma que devem estar adequadamente trajados para executarem suas funções cotidianas.

2.4. Trata-se de aquisição de bens comuns nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, que permite a realização do certame por meio da modalidade Pregão.

2.5. A utilização do sistema de registro de preços justifica-se por não ser possível definir previamente o quantitativo exato de uniformes a ser demandado, considerando uma possível rotatividade e/ou entrada de novos Agentes, bem como necessidades esporádicas em função das próprias atribuições do cargo, enquadrando-se, assim, nas hipóteses elencadas no inciso IV, do art. 3º, do Decreto nº 7.892/2013.

2.6. A quantidade estimada no item 3, teve como referência para o cálculo, o número de servidores na função e sua possível rotatividade.

3. DA ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL

3.1. Os uniformes deverão ser novos, de primeira qualidade e de primeiro uso.

3.2. Para os itens 2 (cinto social), 4 (costume), 5 (camisa social), 6 (calça operacional), 7 (cinto nylon); 8 (gandola), 9 (camiseta) e 10 (camisa gola pólo), a(s) proponente(s) classificada(s), antes da entrega de cada contratação, deverá(ão) tirar as medidas nos servidores beneficiados para confirmar os tamanhos a serem fornecidos.

3.3. Devido à variação dos números e tamanhos das vestimentas, calçados e acessórios, a Contratada deverá dispor de profissionais para fazerem os ajustes de barras de calça, manga de camisa etc., objetivando o correto cumprimento da obrigação.

3.4. Os produtos deverão ser entregues em conformidade com o quadro abaixo:

| ITEM | DESCRIÇÃO | ESPECIFICAÇÕES | QTDE ESTIMADA |
|------|----------------------------|--|---------------|
| 1 | SAPATO SOCIAL MASCULINO | <p>Características essenciais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cabedal: modelo em couro macio; amarra em cadarços para melhor ajuste. • Palmilha: macia e confortável, revestida em PU macio, de fácil adaptação e maior conforto aos pés. • Capacidade para absorção de transpiração. • Forro: em couro para evitar odores e desconforto. • Solado: material em couro; dotado de sistema especial de bolsa de ar para amortecimento com salto com 3cm de altura. • Cor: preto <p>A numeração a ser fornecida será definida quando da ocorrência de cada contratação.</p> <p>Modelo de referência: Democrata lounge ou similar. CATMAT: 235238</p> | 70 unidades |
| 2 | CINTO SOCIAL EM COURO 100% | <p>Características essenciais:</p> <p>Cinto esporte fino; cor preta; confeccionado em couro legítimo; costurado sem emendas; polido; fivela cromada com tratamento antiferrugem; dotado de um passante também em couro; medindo 3 cm (três centímetros) de largura e comprimento total nos tamanhos P, M, G e GG, que serão definidos quando da ocorrência de cada contratação.</p> <p>CATMAT: 246671</p> | 70 unidades |
| 3 | GRAVATA | <p>Características essenciais:</p> <p>Gravata de Jacquard, 100% poliéster fio tinto; Entretela dupla; Forro pontilhado; Comprimento padrão mundial; Etiqueta de composição e de marca bordadas; Comprimento mínimo de 150 cm; Modelo de amarrar; Cor e estampa a escolher, devendo possuir design moderno; Referência: Maestro Premium ou similar.</p> | 70 unidades |
| 4 | COSTUME | <p>Características essenciais:</p> <p>Costume Masculino "Slim FIT ou MÉDIO", corte italiano, composto por blazer e calça nas cores preta, azul-marinho ou cinza com, no mínimo, os seguintes requisitos:</p> <p>Blazer com modelagem Slim Fit; confeccionado em tecido PV composto por 65% de poliéster e 35% de</p> | 70 unidades |

| | | | |
|---|--------------------------|---|--------------|
| | | <p>viscose, a fim de confortar e proporcionar sensação de bem estar. Mangas longas; três bolsos frontais embutidos, sendo dois na parte inferior fechados por lapela e um na altura do tórax com acabamento invisível, que agregue estilo e praticidade à peça clássica; fechamento frontal por 02 botões, que facilita o vestir e possibilita a variação de uso; ilhargas e flancos com possibilidade de ajustes futuros. Forro de poliviscose com 52% poliéster e 48% viscose em cor compatível com a cor do tecido principal, prega na parte traseira do forro. Forro dos bolsos em poliviscose; dois bolsos na parte interna do duque (paletó/blazer), sendo um do lado direito e outro do lado esquerdo, com forro em acabamento com mesmo tecido principal; acabamento em travete.</p> <p>Calça Social com modelagem reta, em tecido e cor idêntica à do blazer; com dois bolsos tipo faca, acabamento em travete, dois bolsos traseiros com caseados na vertical e um botão corozo em cada bolso; forro em algodão e poliéster; parte interna do cóis forrado com algodão e em cor compatível com a do tecido principal; botão interno de adaptação; sobra de 4cm de tecido no cóis e na altura do quadril para ajustes futuros, se necessário; cóis que abriga seis passantes finos; zíper em poliéster antiferrugem com deslizamento prático; cor idêntica à do paletó.</p> <p>As peças deverão preservar as seguintes características: boa resistência; durabilidade; baixo índice de encolhimento; secagem rápida; modelagem mais ajustada ao corpo.</p> <p>Deverá conter etiqueta do fabricante e o número do manequim, que irá variar entre 46 a 60.</p> <p>As cores e tamanhos a serem fornecidos serão definidos quando da ocorrência de cada contratação.</p> <p>CATMAT: 113174</p> | |
| 5 | CAMISA SOCIAL | <p>Características essenciais:</p> <p>Camisa tipo “sport fino”, 100% algodão, maquetado, fio 80, com barbatana removível; manga longa; corte “slim fit”, que mantenha as seguintes características: permita a transpiração do corpo; apresente propriedades térmicas; modelagem que ajuste ao corpo; boa resistência; durabilidade; baixíssimo índice de encolhimento; deverá conter etiqueta do fabricante com a composição do tecido e o número do manequim, que irá variar entre 1 a 5.</p> <p>As cores e tamanhos a serem fornecidos serão definidos quando da ocorrência de cada contratação.</p> <p>CATMAT: 246135</p> | 140 unidades |
| 6 | CALÇA OPERACIONAL | <p>Características essenciais:</p> <p>Calça operacional confeccionada em tecido RIP STOP composto de 67% poliéster e 33% algodão do tipo Santista ou superior; cor preta; com proteção UV (ultra violeta) de forma a garantir que o tecido não desbote. Deverá conter etiqueta do fabricante e o número do</p> | 140 unidades |

| | | | |
|---|--|---|-------------|
| | | <p>manequim, que irá variar entre 38 ao 52. Modelo reta, folgada até abaixo do joelho com comprimento da cintura até a bainha, de forma a ser utilizada sobre o coturno. Costura em ponto corrente três agulhas nas pernas, entrepernas e fechamento gancho interloc. Reforço de proteção nos joelhos. Tiras de ajuste na cintura, fechamento de cócs, bolsos, tampas, vista, gancho frontal e aplicação de reforço com pesponto duplo e travetes nos pontos vulneráveis (vista, passantes, canto de bolsos e junção das ilharças).</p> <p>Dotada de 08 (oito) bolsos, sendo: dois bolsos frontais, embutidos, medindo (8 x 13)cm, para celular e canivetes; dois bolsos na frente, tipo faca, com abertura de 19 cm; dois bolsos laterais, tipo fole, na altura da coxa, posicionados com centro na costura lateral da perna, iniciando 22 cm da base do cócs, com tampa reta (7 x 18)cm e abotoada com sistema de velcro na parte interna, 18 cm de largura, 20 cm de comprimento e 3 cm de fole, duas pregas paralelas distantes 4 cm com profundidade de 8 mm cada; dois bolsos traseiros embutidos, com tampa, iniciando 5 cm da base do cócs, com altura de 15 cm e largura de 14 cm, com tampa reta (14 x 5)cm e abotoada com sistema de velcro na parte interna.</p> <p>A calça deverá conter dois tipos de passadores:</p> <p>a) sete unidades, medindo externamente (4,5 x 1,5)cm, sendo dois na frente, um em cada lateral e três atrás;</p> <p>b) cinco unidades medindo externamente (6 x 3)cm, permitindo passagem de cinto de até 5 cm, sendo dois na frente e três atrás; cócs fixo duplo de 3,5 cm, fechado por botão de 15 mm; vista fechada com zíper reforçado, boca da calça com 21 cm, aproximadamente.</p> <p>Os tamanhos a serem fornecidos serão definidos quando da ocorrência de cada contratação e o modelo deverá ser conforme o constante do ANEXO B.</p> <p>CATMAT: 417412</p> | |
| 7 | CINTO NÁILON PARA CALÇA TÁTICA COM BRASÃO | <p>Características essenciais:</p> <p>Cinto confeccionado em correia de náilon, de forma plana, lisa e com duas ourelas, com largura de 35 mm e espessura de 2,5 mm; a fivela PRETA terá ao seu centro o BRASÃO da Segurança do TRT (ANEXO A) gravado em alto-relevo, constituindo-se de uma chapa ligeiramente abaulada e retangular confeccionada em latão preto em cujas extremidades estarão embutidas as duas presilhas em forma de mordentes; nos lados de maiores dimensões, a chapa apresentará duas dobras recortadas e com as arestas arredondadas, em cujas extremidades estarão vazados os olhais de articulação das presilhas; as presilhas são do mesmo material, constituindo-se, cada uma, de lâmina dobrada em ângulo agudo, sendo um lado recortado na forma de dentes, para aprisionar o cinto, e o outro lado servindo de alavanca; nas extremidades das presilhas, pequenas espigas se articulam à fivela; conforme modelo do ANEXO D e comprimentos nos tamanhos P, M, G e GG, que serão definidos quando da ocorrência de cada</p> | 70 unidades |

| | | | |
|---|-----------------|--|--------------|
| | | <p>contratação. CATMAT: 377278</p> | |
| 8 | GANDOLA | <p>Características essenciais: Gandola confeccionada em tecido RIP-STOP 67% algodão e 33% poliéster, com proteção contra raios solares UVA e UVB; com 4 bolsos frontais com tampa, sendo 2 superiores (com espaço para caneta esferográfica) e 2 inferiores; reforço no cotovelo; regulagem de punho através de botões; botões de fechamento frontal escondidos; cor preta; modelagem padrão BDU (Battle Dress Uniform); parte alta da manga esquerda com brasão, conforme modelo do ANEXO A; manga direita contendo a bandeira nacional nas cores originais e com dimensões (4 X 6)cm, tudo em bordado ponto cheio; nas costas, a inscrição emborrachada “PODER JUDICIÁRIO FEDERAL” com 5 cm na altura da fonte na cor CO M20 Y60 K20, conforme ANEXO F.</p> <p>Bolsos Frontais (medidas aproximadas): Bolso Superior: (14,5 x 15,5)cm Bolso Inferior: (18,5 x 19,5)cm</p> <p>Deverá conter etiqueta do fabricante e os tamanhos dos manequins (P, M, G e GG), que serão definidos quando da ocorrência de cada contratação. CATMAT: 19798</p> | 70 unidades |
| 9 | CAMISETA | <p>Características essenciais: Camiseta produzida em malha 100% algodão com fio 30.1 penteado; acabamento em costura dupla; gola de ribana dupla com composição 96% algodão e 4% elastano; mangas curtas; cor preta. Parte frontal com brasão no lado esquerdo do peito, conforme modelo do ANEXO A, nas dimensões (10 x 7,5) cm.</p> <p>Manga esquerda contendo a sigla “TRT 18ª REGIÃO”, com 1 cm na altura da fonte e de cor dourada, e o logotipo do TRT conforme ANEXO C, perfazendo o conjunto as dimensões de (8 X 6)cm. Manga direita contendo a bandeira nacional nas cores originais e com dimensões (4 X 6)cm. Nas costas da camisa, a escrita “PODER JUDICIÁRIO FEDERAL”, com as seguintes medidas, conforme ANEXO F, na cor CO M20 Y60 K20, todos em silk <i>PODER JUDICIÁRIO” 2,5 cm de Altura e 26 cm de largura;</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - “FEDERAL” 5,0 cm de Altura e 26 cm de Largura; - Distância de Altura entre as palavras “Poder Judiciário” e “Federal” de 1,0 cm. <p>As peças deverão preservar as seguintes características: boa resistência; durabilidade; baixo índice de encolhimento; secagem rápida; modelagem mais ajustada ao corpo.</p> <p>Deverá conter etiqueta do fabricante e o tamanho do manequim (P, M, G e GG), que serão definidos quando da ocorrência de cada contratação. CATMAT: 293142</p> | 120 unidades |

| | | | |
|----|-------------------------|---|--------------|
| 10 | CAMISA GOLA POLO | <p>Características essenciais:</p> <p>Camisa gola Polo confeccionada em tecido malha Piquet (50% algodão e 50% poliéster), na cor preta. Parte frontal com brasão no lado esquerdo do peito, conforme modelo do ANEXO A, nas dimensões (10 x 7,5)cm. Manga esquerda contendo a sigla “TRT 18ª REGIÃO”, com 1 cm na altura da fonte e de cor dourada, e o logotipo do TRT conforme ANEXO C, perfazendo o conjunto as dimensões de (8 X 6)cm. Manga direita contendo a bandeira nacional nas cores originais e com dimensões (4 X 6)cm, tudo em bordado ponto cheio. Nas costas da camisa, a escrita emborrachada “PODER JUDICIÁRIO FEDERAL” com 5 cm na altura da fonte, conforme ANEXO F, na cor CO M20 Y60 K20. Deverá conter etiqueta do fabricante com a composição do tecido e os tamanhos dos manequins (P, M, G ou GG), que serão definidos quando da ocorrência de cada contratação.</p> <p>CATMAT: 221565</p> | 220 unidades |
|----|-------------------------|---|--------------|

Observação: Os tamanhos serão definidos conforme a necessidade.

4. DAS AMOSTRAS

4.1. O proponente primeiro classificado em cada item deverá, sem ônus para este Regional e mediante pedido do Pregoeiro, apresentar amostra física dos produtos cotados para conferência das especificações e qualidade, no prazo de 3 (três) dias úteis, após sua solicitação, nos seguintes tamanhos:

| ITEM | TAMANHO | COR |
|------|----------|----------|
| 1 | qualquer | preto |
| 2 | qualquer | preto |
| 3 | padrão | qualquer |
| 4 | 54 | preto |
| 5 | 4 | branca |
| 6 | 44 | preta |
| 7 | qualquer | preto |
| 8 | G | preta |
| 9 | G | preta |
| 10 | G | Preta |

4.1.1. Será considerado dentro do prazo acima estipulado, as amostras que forem comprovadamente encaminhadas/postadas dentro do prazo de 03 (três) dias úteis.

4.1.2. O prazo para apresentação das amostras poderá ser prorrogado uma vez por igual e sucessivo período mediante justificativa apresentada e acatada pelo pregoeiro.

4.2. As amostras deverão ser entregues na Divisão de Segurança Institucional, situada no andar térreo do Edifício do Fórum Trabalhista de Goiânia, à Rua T-51, esq. c/ Av. T-1, Setor Bueno, Goiânia-GO, CEP: 74215-901, nos dias e no horário de expediente deste Tribunal.

4.3. As amostras deverão estar em conformidade com as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência e devidamente identificadas com o número do Pregão e nome do licitante; conter os respectivos prospectos, documentação técnica e manuais, se for o caso; e dispor na embalagem informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, quantidade do produto, marca, número de referência, código do produto, composição do tecido/material, número do manequim, modelo e outras características suficientemente capazes de dotar a amostra de todos os elementos necessários para sua análise.

4.4. Os produtos apresentados como amostra poderão ser abertos, manuseados e submetidos aos testes necessários, sendo devolvidos ao licitante no estado em que se encontrarem ao final da avaliação.

4.5. Será rejeitada a amostra que:

4.5.1. Apresentar divergência a menor em relação às especificações técnicas da proposta;

4.5.2. For de qualidade superior em relação às especificações constantes da proposta e estiver desacompanhada de declaração do licitante de que entregará os produtos de acordo com a amostra apresentada.

4.6. Enquanto não expirado o prazo para entrega das amostras, o licitante poderá substituir ou efetuar ajustes e modificações no produto apresentado.

4.7. Não será aceita a proposta do licitante que tiver amostra rejeitada ou não disponibilizada no prazo estabelecido.

4.8. Em caso de rejeição da amostra solicitada, será facultado ao Tribunal convocar as empresas remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para apresentação de amostra para verificação.

4.9. A amostra rejeitada deverá ser retirada em até 20 (vinte) dias corridos contados da publicação do resultado da licitação, independente de comunicação. Decorrido o prazo estabelecido, as amostras não poderão ser reclamadas, reservando-se a este Tribunal o direito de doá-las ou descartá-las.

4.10. Após a aprovação das amostras, a critério deste Tribunal e se a Administração entender necessário, as mesmas poderão ser retidas até a expiração da validade da Ata de Registro de Preços para que sejam comparadas com os objetos entregues ou poderá

ser solicitada a retirada das mesmas pela empresa, no prazo máximo de 48 horas após o recebimento de aviso por escrito emitido pela Unidade solicitante.

5. DO FORNECIMENTO

5.1. Cada fornecimento será previamente autorizado pela Diretoria-Geral em quantitativos compatíveis com as necessidades deste Tribunal, observado o limite máximo a ser registrado para cada item, conforme o disposto no item 3.

6. DA ENTREGA

6.1. O prazo para o fornecimento do material será de até **60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir do recebimento da nota de empenho;

6.2. O material deverá estar devidamente embalado, acompanhado da nota de empenho e da respectiva nota fiscal, para conferência, e conter em seu rótulo ou embalagem, quando for o caso, além do prazo de validade, as demais exigências legais;

6.2.1. Os produtos entregues deverão ser identificados na embalagem com o nome do usuário (de acordo com o manequim de cada servidor).

6.3. A Contratada deverá entregar os materiais em prazo não superior ao máximo estipulado neste item. Caso o atendimento não possa ser feito dentro do prazo, antes do término deste, a Contratada deverá apresentar justificativas expressas, solicitando sua prorrogação, devendo informar a nova data que se efetuará a entrega, ficando a cargo do gestor/fiscal da contratação concordar ou não com a prorrogação;

6.4. Nas hipóteses em que o material entregue não se conformar às especificações deste termo ou apresentar alteração, deterioração, imperfeição, ou quaisquer outros vícios, ainda que constatados após o seu recebimento e/ou pagamento, o fornecedor deverá substituí-lo, às suas expensas, no prazo de **15 (quinze) dias corridos**, contados a partir da data de ciência do termo de recusa do material ou do recebimento da notificação do tribunal, conforme o caso.

6.5. A Contratada deverá retirar o material recusado no momento da entrega do material correto, sendo que o Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região não se responsabilizará por qualquer dano ou prejuízo que venha a ocorrer após esse prazo, podendo dar a destinação que julgar conveniente ao material abandonado em suas dependências.

7. DO LOCAL DE ENTREGA

7.1. O material objeto do presente termo será entregue, às expensas do fornecedor, na Divisão de Segurança Institucional, situada no andar térreo do Edifício do Fórum Trabalhista de Goiânia, à Rua T-51, esq. c/ Av. T-1, Setor Bueno, Goiânia-GO, CEP: 74215-901, nos dias e horário de expediente deste Tribunal.

8. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93, o objeto deste termo será recebido da seguinte forma:

8.1.1. Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação de sua

conformidade com as especificações deste termo, com a proposta e com as amostras apresentadas anteriormente, se for o caso;

8.1.2. Definitivamente, em até 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento provisório, após verificação de sua qualidade e conformidade com as especificações, mediante termo de recebimento.

8.2. O recebimento do objeto será feito pelo Gestor da contratação, nas aquisições cujos valores não excedam ao estabelecido pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 para a modalidade licitatória de convite (R\$ 176.000,00) e pela Comissão Especial instituída pela Portaria TRT 18ª DG Nº 1580/2019, nos casos acima do valor retrocitado (se for veículo, citar a Portaria DG nº 1213/2017).

9. DO PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA TÉCNICA

9.1. O prazo de garantia mínimo do material, será de 3 (três) meses, contados a partir de seu recebimento definitivo, período no qual a Contratada deverá prestar os serviços de consertos e/ou substituições que se fizerem necessários, em um prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis.

9.1.1. Tratando-se de vício oculto, o prazo acima iniciar-se-á no momento em que ficar evidenciado o defeito.

10. DAS CONDIÇÕES COMPLEMENTARES PARA HABILITAÇÃO/ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Para a seleção de empresa especializada no ramo de atividade compatível com o objeto deste Termo e visando o sucesso da contratação pretendida, exigir-se-á a seguinte documentação técnica:

10.1. Qualificação Técnica

10.1.1. A qualificação técnica será comprovada, **na fase de habilitação**, mediante apresentação de, pelo menos, um atestado de capacidade técnica, compatível com o objeto desta licitação, ou seja, fornecimento de uniformes (conforme o item ou itens da proposta), concedido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

10.1.1.1. O atestado deverá conter, obrigatoriamente:

- a) Nome da empresa ou órgão que fornece o atestado;
- b) Endereço completo;
- c) Manifestação acerca da qualidade dos bens fornecidos; e
- d) Identificação do responsável pela emissão de atestado com nome, função e telefone para solicitação de informações adicionais de interesse do Pregoeiro.

10.1.2. No caso de atestados fornecidos por empresa privada não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa licitante. Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo, empresas controladas pela licitante ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou

jurídica que seja sócio com poder de direção da empresa emitente e da empresa licitante (art. 30, II, da Lei 8.666/1993).

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Fornecer os produtos de acordo com as especificações e condições expressas neste termo respeitando as normas da ABNT, bem como as portarias do INMETRO em vigor, no que couber;

11.2. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões na (s) nota (s) de empenho decorrente (s) da Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93.

11.3. Não transferir, sob nenhum pretexto, sua responsabilidade para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos etc;

11.4. Assumir integral responsabilidade pela qualidade do material, bem como pelos danos decorrentes direta ou indiretamente de sua entrega;

11.5. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar diretamente ao Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita; e

11.6. Manter durante a contratação a documentação fiscal e trabalhista devidamente atualizadas.

12. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1. A entrega do material será acompanhada e fiscalizada pelo Diretor da Divisão de Segurança Institucional, Sr. Elton José Boulanger da Silva, ou seu substituto, Sr. Luciano Batista de Souza (e-mail: seguranca@trt18.jus.br; telefone de contato: (62) 3222-5112), indicados na forma do art. 67 da Lei nº 8.666/93 e consoante a Portaria TRT 18ª GP/DG/CLC nº 002/2014, a quem caberá, também:

12.1.1. Zelar pela segurança dos materiais, não permitindo seu manuseio por pessoas não habilitadas;

12.1.2. Comprovar e relatar, por escrito, as eventuais irregularidades na entrega do material adquirido;

12.1.3. Sustar a aquisição do material, por estar em desacordo com o especificado ou por outro motivo que justifique a medida;

12.1.4. Manifestar em relação à presente aquisição, especialmente quanto à aplicação de penalidades e alterações contratuais, e repassar informações pertinentes à respectiva Ata de Registro de Preços;

12.1.5. Cumprir, para fins de pagamento, as providências previstas na Portaria TRT 18ª GP/DG/SOF nº 391/2019;

12.1.6. Verificar o prazo estabelecido no ajuste para apresentação das notas fiscais/faturas, recibos ou congêneres, exigindo seu cumprimento por parte da

Contratada; e

12.1.7. Observar as demais obrigações previstas na Portaria TRT 18ª GP/DG/CLC nº 2/2014, que dispõe sobre normas e procedimentos a serem observados na gestão de contratos.

13. DO CRITÉRIO PARA JULGAMENTO

13.1. No julgamento das propostas considerar-se-á vencedora aquela que apresentar as especificações contidas neste Termo e ofertar o **menor preço por item**.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, garantida a ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores deste Tribunal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, e sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 10% sobre o valor da contratação, a Contratada que:

- a) Apresentar documentação falsa;
- b) Fraudar na execução da contratação;
- c) Comportar-se de modo inidôneo;
- d) Fizer declaração falsa;
- e) Cometer fraude fiscal.

14.1.1. Ficar caracterizada fraude na contratação:

- a) elevar arbitrariamente os preços;
- b) vender, como verdadeira ou perfeita, mercadoria falsificada ou deteriorada;
- c) entregar um objeto por outro;
- d) alterar substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;
- e) tornar, por qualquer modo, injustamente, mais onerosa a execução da contratação.

14.1.2. Ficar caracterizado comportamento inidôneo quando:

- a) constatada má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do Contratante;
- b) atuação com interesses escusos;
- c) reincidência em faltas que acarretem prejuízo ao Contratante;
- d) tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- e) praticar atos ilícitos, visando a frustrar a execução da contratação;

f) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução da contratação, sem consentimento prévio do Contratante.

14.2. Com fundamento nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, a Contratada ficará sujeita, nos casos abaixo relacionados, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades, salvo se a falta advier de caso fortuito, motivo de força maior ou outras justificativas, todas devidamente comprovadas e acatadas pela Administração:

14.2.1. **Advertência**, nas hipóteses de descumprimento de cláusulas contratuais de que não resulte prejuízo para a Administração;

14.2.2. **Multas**, conforme graus e condutas dispostos nas tabelas 1 e 2 abaixo e demais especificações a seguir, limitadas a 10% do valor da contratação.

TABELA 1

| GRAU | CORRESPONDÊNCIA |
|------|------------------------------|
| 1 | 2% do valor da Contratação |
| 2 | 3,5% do valor da Contratação |
| 3 | 5% do valor da Contratação |
| 4 | 6% do valor da Contratação |
| 5 | 8% do valor da Contratação |
| 6 | 10% do valor da Contratação |

TABELA 2

| ITEM | DESCRIÇÃO | GRAU | INCIDÊNCIA |
|------|---|----------------------|--|
| 1 | Transferir sua responsabilidade para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos etc. | 4 | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade do cancelamento da ARP e/ou rescisão do ajuste |
| 2 | Destruir ou danificar bens materiais ou documentos por culpa ou dolo de seus agentes. | 3 (culpa) e 5 (dolo) | Por ocorrência |
| 3 | Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização deste Tribunal. | 6 | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade do cancelamento da ARP e/ou rescisão do ajuste |

Para os itens a seguir, DEIXAR DE:

| | | | |
|---|--|---|--|
| 4 | Cumprir os prazos para o fornecimento dos materiais. | 1 | A cada 03 (três) dias de atraso, observado o limite máximo previsto no |
|---|--|---|--|

| | | | |
|---|---|---|--|
| | | | subitem 14.2.2., sem prejuízo da possibilidade do cancelamento da ARP e/ou rescisão do ajuste |
| 5 | Cumprir o prazo para substituir o material que não se conformar com as especificações do termo | 2 | A cada 03 (três) dias de atraso, observado o limite máximo previsto no subitem 14.2.2., sem prejuízo da possibilidade do cancelamento da ARP e/ou rescisão do ajuste |
| 6 | Manter a documentação de habilitação atualizada. | 6 | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade do cancelamento da ARP e/ou rescisão do ajuste |
| 7 | Apresentar a nota fiscal para atesto do gestor da contratação em até 10 dias após o recebimento definitivo do material. | 2 | Por ocorrência |
| 8 | Manter a garantia do material prevista neste termo. | 6 | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade do cancelamento da ARP e/ou rescisão do ajuste |
| 9 | Cumprir qualquer obrigação não prevista nesta tabela ou reincidir em atos penalizados com advertência. | 3 | Por ocorrência |

14.2.2.1. A multa será de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para os casos em que o percentual da penalidade estabelecida no quadro da TABELA 1 não atingir esse valor.

14.2.2.2. A multa, no caso de rescisão por ato unilateral da Administração e motivado por culpa da Contratada, será de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação não cumulativa com as multas presentes na Tabela 2. Tal multa não exime a Contratada pelas reparações dos prejuízos e das demais sanções cabíveis.

14.2.2.3. O valor da multa aplicada, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo Contratante, ou ainda cobrada diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente.

14.2.2.4. Se os valores do pagamento forem insuficientes para a quitação das eventuais multas, fica a Contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de até 10 (dez) dias, contados da comunicação oficial, sob pena de ser incluído o valor na Dívida Ativa da União.

14.2.2.5. A aplicação de multa não impede, a critério da Administração, a aplicação das demais sanções de advertência, de impedimento/suspensão do direito de licitar e de inidoneidade, bem como a rescisão da contratação e/ou cancelamento da ata.

14.2.3. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, se, por culpa ou dolo, prejudicar ou tentar prejudicar a execução da contratação, nos prazos e situações estipulados abaixo:

| Nº | SITUAÇÃO | PRAZO |
|----|---|------------------------|
| 1 | Atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente, que tenha acarretado prejuízos para o Contratante | Por até 01 (um) ano |
| 2 | Execução parcial ou insatisfatória do objeto contratado, que tenha acarretado prejuízos para o Contratante | Por até 01 (um) ano |
| 3 | Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada | Por até 01 (um) ano |
| 4 | Deixar de entregar os materiais contratados | Por até 02 (dois) anos |
| 5 | Deixar de prestar a garantia técnica do objeto contratado | Por até 01 (um) ano |

14.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nas hipóteses descritas no subitem 14.1.2.

14.3. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e sua aplicação deverá ser precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa para o adjudicatário, na forma da lei.

14.4. As penalidades somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificativas somente serão aceitas por escrito, fundamentadas em fatos comprováveis, a critério da autoridade competente do Contratante, e desde que formuladas até a data do vencimento estipulada para o cumprimento da obrigação.

14.5. Além dos casos já previstos na Tabela 2 do subitem acima, a rescisão da contratação também se dará nos termos dos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/93. O registro do fornecedor poderá ser cancelado, também, nas hipóteses do art. 20 do Decreto nº 7.892/2013.

15. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1. Será emitida nota de empenho em favor da Contratada, após a homologação do certame licitatório, caso se efetive a contratação.

15.2. O pagamento dar-se-á até o 5º (quinto) dia útil, nos casos em que o valor contratado estiver dentro do limite da dispensa de licitação, previsto no inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/93 e até o décimo dia útil, se o valor contratado estiver acima deste limite, contado a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura atestada pela autoridade competente, ocasião em que será verificada a regularidade fiscal e trabalhista da Contratada.

15.3. A Contratada deverá, obrigatoriamente, possuir conta bancária vinculada ao seu CNPJ, ficando o pagamento condicionado à informação dos dados dessa conta na nota fiscal.

15.4. As notas fiscais, recibos, faturas ou congêneres deverão ser recebidos(as) somente pela unidade gestora da contratação ou pela unidade solicitante a qual deverá consignar a data e a hora do seu recebimento.

15.5. Para execução do pagamento, a Contratada deverá fazer constar da nota

fiscal/fatura correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, CNPJ nº 02.395.868/0001-63, o nome do Banco, o número de sua conta bancária e a respectiva Agência. Caso a Contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES deverá apresentar junto à nota fiscal/fatura a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

15.5.1. A correspondente nota fiscal/fatura/congênera deverá ser apresentada pela Contratada no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento definitivo do objeto, sob pena de incorrer em multa.

15.6. Na ocorrência da rejeição de nota fiscal/fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no subitem 15.2 passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação, examinadas as causas da recusa.

15.7. Todos os pagamentos serão submetidos ao que estabelece a Instrução Normativa nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012 da Secretaria da Receita Federal, publicada no DOU de 12 de janeiro de 2012.

15.7.1. Para efeito do disposto nos incisos III, IV e XI do caput do art. 4º, da IN acima, a pessoa jurídica deverá, no ato da formalização da Contratação, apresentar declaração de acordo com os modelos constantes dos Anexos II, III ou IV da referida Instrução, conforme o caso, em 2 (duas) vias, assinada pelo seu representante legal

15.8. A Contratada deverá emitir nota fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação.

15.9. Por motivos de ordem legal e orçamentária que regem as atividades da Administração Pública, as aquisições realizadas em determinado exercício (ano civil) não poderão ser faturados tendo como referência o ano seguinte.

15.10. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$365$$

EM: $I \times N \times VP$, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX= Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

16. DAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

16.1. Além das disposições constantes neste Termo, a Contratada deverá atender, no que couber, às demais disposições constantes da [Resolução nº 103/2012 do CSJT – Guia de Sustentabilidade da Justiça do Trabalho](#), em especial:

16.1.1. Para uniformes, devem ser utilizados, preferencialmente, produtos menos poluentes e agressivos ao meio ambiente que utilizem tecidos que tenham em sua composição, fibras oriundas de material reciclável e/ou algodão orgânico.

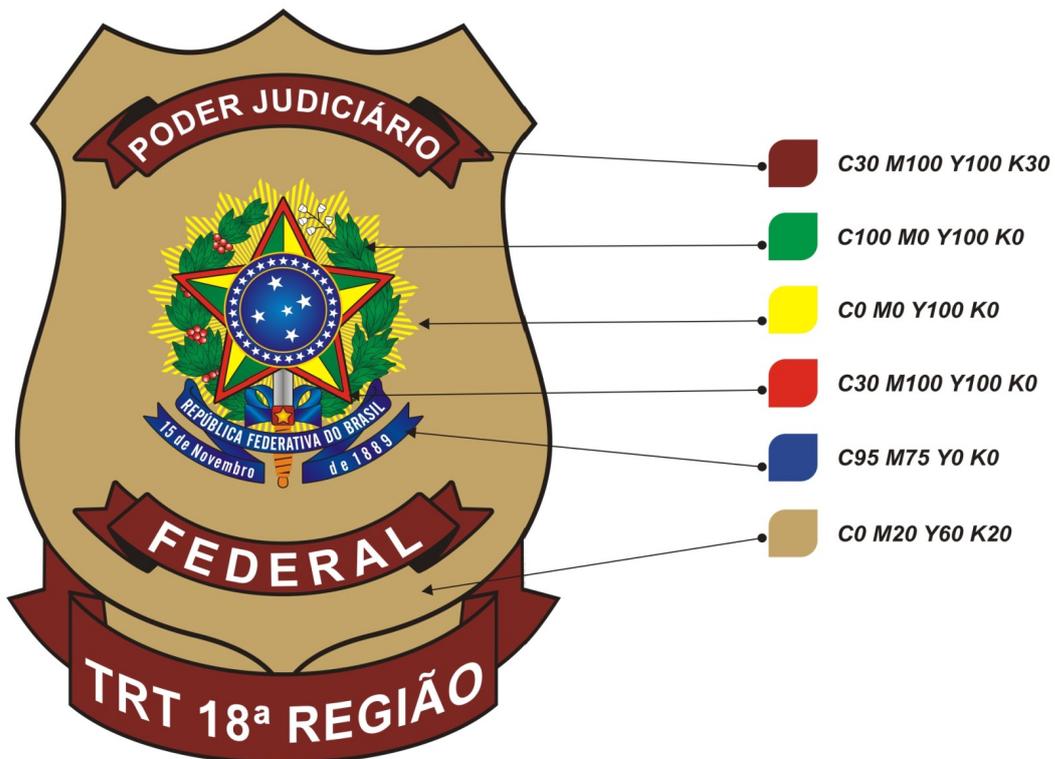
17. CONSIDERAÇÕES GERAIS

17.1. As partes não estão eximidas do cumprimento de obrigações e responsabilidades previstas na legislação vigente e não expressas neste Termo de Referência.

17.2. De acordo com a RESOLUÇÃO N.º 07, DE 18 DE OUTUBRO DE 2005, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ficam as PROPONENTES cientificadas de que é vedada a contratação de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

ANEXO A

Distintivo



ANEXO B

Modelo para calça operacional



ANEXO C

Logomarca

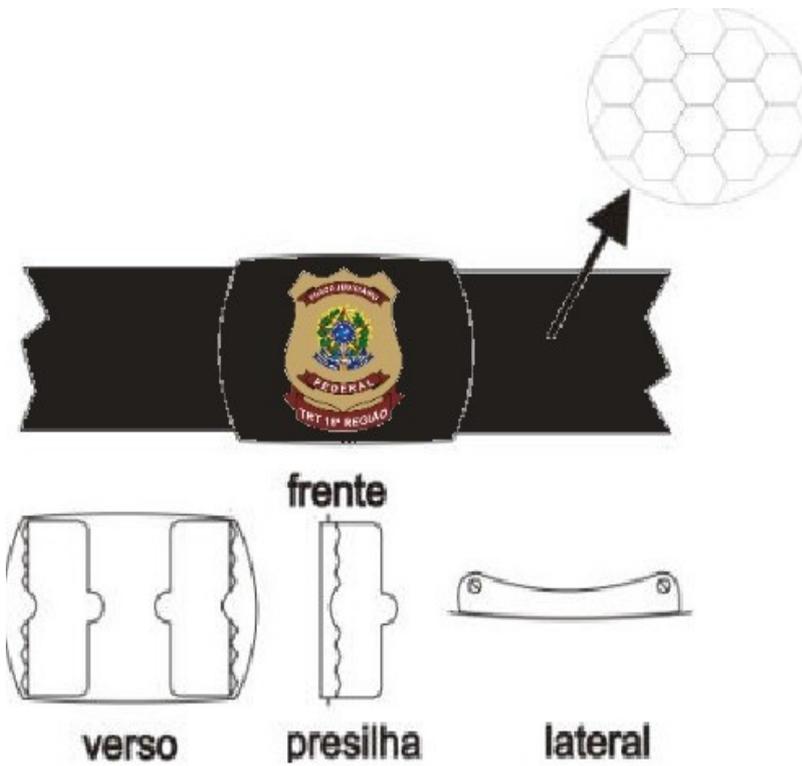


TRT 18ª

REGIÃO

ANEXO D

Modelo do cinto de náilon





ANEXO E

Modelo para Camisa Gola Polo



ANEXO F

Modelo para Inscrição nas costas da Camisa



**PODER JUDICIÁRIO
FEDERAL**

ANEXO II (minuta)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PE 80/2019

PROCESSO Nº 15.580/2019

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO**, inscrito no CNPJ nº 02.395.868/0001-63, situado no Fórum Trabalhista de Goiânia, na Avenida T-1, esquina com a Rua T-51, Lotes 1 a 24,, Setor Bueno, Goiânia/GO, CEP: 74.215-901, representado pelo servidor Ricardo Werbster Pereira de Lucena, Diretor-Geral, no uso da competência delegada pela Resolução Administrativa TRT 18ª nº 69/2017, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 julho de 2002, e dos Decretos nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 080/2019, RESOLVE registrar o preço ofertado pela Empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, localizada _____, telefone _____, representada pelo _____, para eventual aquisição de uniformes formal e operacional, conforme quadro abaixo:

| ITEM | DESCRIÇÃO | ESPECIFICAÇÃO | QUANTIDADE REGISTRADA | VALOR UNITÁRIO |
|------|-----------------------------------|---|-----------------------|----------------|
| 1 | SAPATO SOCIAL MASCULINO | <p>Características essenciais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cabedal: modelo em couro macio; amarra em cadarços para melhor ajuste. • Palmilha: macia e confortável, revestida em PU macio, de fácil adaptação e maior conforto aos pés. • Capacidade para absorção de transpiração. • Forro: em couro para evitar odores e desconforto. • Solado: material em couro; dotado de sistema especial de bolsa de ar para amortecimento com salto com 3cm de altura. • Cor: preto • A numeração a ser fornecida será definida quando da ocorrência de cada contratação. <p>Modelo de referência: Democrata lounge ou similar.</p> | 70 unidades | R\$ |
| 2 | CINTO SOCIAL EM COURO 100% | <p>Características essenciais:</p> <p>Cinto esporte fino; cor preta; confeccionado em couro legítimo; costurado sem emendas; polido; fivela cromada com tratamento antiferrugem; dotado de um passante também em couro; medindo 3 cm (três centímetros) de largura e comprimento total</p> | 70 unidades | R\$ |

| | | | | |
|---|---------|---|-------------|-----|
| | | nos tamanhos P, M, G e GG, que serão definidos quando da ocorrência de cada contratação. | | |
| 3 | GRAVATA | <p>Características essenciais:</p> <p>Gravata de Jacquard, 100% poliéster fio tinto; Entretela dupla; Forro pontilhado; Comprimento padrão mundial; Etiqueta de composição e de marca bordadas; Comprimento mínimo de 150 cm; Modelo de amarrar; Cor e estampa a escolher, devendo possuir design moderno; Referência: Maestro Premium ou similar.</p> | 70 unidades | R\$ |
| 4 | COSTUME | <p>Características essenciais:</p> <p>Costume Masculino "Slim FIT ou MÉDIO", corte italiano, composto por blazer e calça nas cores preta, azul-marinho ou cinza com, no mínimo, os seguintes requisitos:</p> <p>Blazer com modelagem Slim Fit; confeccionado em tecido PV composto por 65% de poliéster e 35% de viscose, a fim de confortar e proporcionar sensação de bem estar. Mangas longas; três bolsos frontais embutidos, sendo dois na parte inferior fechados por lapela e um na altura do tórax com acabamento invisível, que agregue estilo e praticidade à peça clássica; fechamento frontal por 02 botões, que facilita o vestir e possibilita a variação de uso; ilhargas e flancos com possibilidade de ajustes futuros. Forro de poliviscose com 52% poliéster e 48% viscose em cor compatível com a cor do tecido principal, prega na parte traseira do forro. Forro dos bolsos em poliviscose; dois bolsos na parte interna do duque (paletó/blazer), sendo um do lado direito e outro do lado esquerdo, com forro em acabamento com mesmo tecido principal; acabamento em travete.</p> <p>Calça Social com modelagem reta, em tecido e cor idêntica à do blazer; com dois bolsos tipo faca, acabamento em travete, dois bolsos traseiros com caseados na vertical e um botão corozo em cada bolso; forro em algodão e poliéster; parte interna do cóis forrado com algodão e em cor compatível com a do tecido principal; botão interno de adaptação; sobra de 4cm de tecido no cóis e na altura do quadril para ajustes futuros, se necessário; cóis que abriga seis passantes finos; zíper em poliéster antiferrugem com deslizamento prático; cor idêntica à do paletó.</p> <p>As peças deverão preservar as seguintes características: boa resistência; durabilidade; baixo índice de encolhimento; secagem rápida; modelagem mais ajustada ao corpo.</p> | 70 unidades | R\$ |

| | | | | |
|---|--------------------------|--|--------------|------------|
| | | <p>Deverá conter etiqueta do fabricante e o número do manequim, que irá variar entre 46 a 60.</p> <p>As cores e tamanhos a serem fornecidos serão definidos quando da ocorrência de cada contratação.</p> | | |
| 5 | CAMISA SOCIAL | <p>Características essenciais:</p> <p>Camisa tipo "sport fino", 100% algodão, maquetado, fio 80, com barbatana removível; manga longa; corte "slim fit", que mantenha as seguintes características: permita a transpiração do corpo; apresente propriedades térmicas; modelagem que ajuste ao corpo; boa resistência; durabilidade; baixíssimo índice de encolhimento; deverá conter etiqueta do fabricante com a composição do tecido e o número do manequim, que irá variar entre 1 a 5.</p> <p>As cores e tamanhos a serem fornecidos serão definidos quando da ocorrência de cada contratação.</p> | 140 unidades | R\$ |
| 6 | CALÇA OPERACIONAL | <p>Características essenciais:</p> <p>Calça operacional confeccionada em tecido RIP STOP composto de 67% poliéster e 33% algodão do tipo Santista ou superior; cor preta; com proteção UV (ultra violeta) de forma a garantir que o tecido não desbote. Deverá conter etiqueta do fabricante e o número do manequim, que irá variar entre 38 ao 52. Modelo reta, folgada até abaixo do joelho com comprimento da cintura até a bainha, de forma a ser utilizada sobre o coturno. Costura em ponto corrente três agulhas nas pernas, entrepernas e fechamento gancho interloc. Reforço de proteção nos joelhos. Tiras de ajuste na cintura, fechamento de cós, bolsos, tampas, vista, gancho frontal e aplicação de reforço com pesponto duplo e travetes nos pontos vulneráveis (vista, passantes, canto de bolsos e junção das ilharças).</p> <p>Dotada de 08 (oito) bolsos, sendo: dois bolsos frontais, embutidos, medindo (8 x 13)cm, para celular e canivetes; dois bolsos na frente, tipo faca, com abertura de 19 cm; dois bolsos laterais, tipo fole, na altura da coxa, posicionados com centro na costura lateral da perna, iniciando 22 cm da base do cós, com tampa reta (7 x 18)cm e abotoada com sistema de velcro na parte interna, 18 cm de largura, 20 cm de comprimento e 3 cm de fole, duas pregas paralelas distantes 4 cm com profundidade de 8 mm cada; dois bolsos traseiros embutidos, com tampa, iniciando 5 cm da base do cós, com altura de 15 cm e largura de 14 cm, com tampa reta (14 x 5)cm</p> | 140 unidades | R\$ |

| | | | | |
|---|--|---|-------------|------------|
| | | <p>e abotoada com sistema de velcro na parte interna.</p> <p>A calça deverá conter dois tipos de passadores:</p> <p>a) sete unidades, medindo externamente (4,5 x 1,5)cm, sendo dois na frente, um em cada lateral e três atrás;</p> <p>b) cinco unidades medindo externamente (6 x 3)cm, permitindo passagem de cinto de até 5 cm, sendo dois na frente e três atrás; cós fixo duplo de 3,5 cm, fechado por botão de 15 mm; vista fechada com zíper reforçado, boca da calça com 21 cm, aproximadamente.</p> <p>Os tamanhos a serem fornecidos serão definidos quando da ocorrência de cada contratação e o modelo deverá ser conforme o constante do ANEXO B.</p> | | |
| 7 | CINTO NÁILON PARA CALÇA TÁTICA COM BRASÃO | <p>Características essenciais:</p> <p>Cinto confeccionado em correia de náilon, de forma plana, lisa e com duas ourelas, com largura de 35 mm e espessura de 2,5 mm; a fivela PRETA terá ao seu centro o BRASÃO da Segurança do TRT (ANEXO A) gravado em alto-relevo, constituindo-se de uma chapa ligeiramente abaulada e retangular confeccionada em latão preto em cujas extremidades estarão embutidas as duas presilhas em forma de mordentes; nos lados de maiores dimensões, a chapa apresentará duas dobras recortadas e com as arestas arredondadas, em cujas extremidades estarão vazados os olhais de articulação das presilhas; as presilhas são do mesmo material, constituindo-se, cada uma, de lâmina dobrada em ângulo agudo, sendo um lado recortado na forma de dentes, para aprisionar o cinto, e o outro lado servindo de alavanca; nas extremidades das presilhas, pequenas espigas se articulam à fivela; conforme modelo do ANEXO D e comprimentos nos tamanhos P, M, G e GG, que serão definidos quando da ocorrência de cada contratação.</p> | 70 unidades | R\$ |
| 8 | GANDOLA | <p>Características essenciais:</p> <p>Gandola confeccionada em tecido RIP-STOP 67% algodão e 33% poliéster, com proteção contra raios solares UVA e UVB; com 4 bolsos frontais com tampa, sendo 2 superiores (com espaço para caneta esferográfica) e 2 inferiores; reforço no cotovelo; regulagem de punho através de botões; botões de fechamento frontal escondidos; cor preta; modelagem padrão BDU (Battle Dress Uniform); parte alta da manga esquerda com brasão, conforme modelo do ANEXO A; manga direita</p> | 70 unidades | R\$ |

| | | | | |
|----|------------------|--|--------------|-----|
| | | <p>contendo a bandeira nacional nas cores originais e com dimensões (4 X 6)cm, tudo em bordado ponto cheio; nas costas, a inscrição emborrachada “PODER JUDICIÁRIO FEDERAL” com 5 cm na altura da fonte na cor CO M20 Y60 K20, conforme ANEXO F.</p> <p>Bolsos Frontais (medidas aproximadas): Bolso Superior: (14,5 x 15,5)cm Bolso Inferior: (18,5 x 19,5)cm</p> <p>Deverá conter etiqueta do fabricante e os tamanhos dos manequins (P, M, G e GG), que serão definidos quando da ocorrência de cada contratação.</p> | | |
| 9 | CAMISETA | <p>Características essenciais:</p> <p>Camiseta produzida em malha 100% algodão com fio 30.1 penteado; acabamento em costura dupla; gola de ribana dupla com composição 96% algodão e 4% elastano; mangas curtas; cor preta. Parte frontal com brasão no lado esquerdo do peito, conforme modelo do ANEXO A, nas dimensões (10 x 7,5) cm.</p> <p>Manga esquerda contendo a sigla “TRT 18ª REGIÃO”, com 1 cm na altura da fonte e de cor dourada, e o logotipo do TRT conforme ANEXO C, perfazendo o conjunto as dimensões de (8 X 6)cm. Manga direita contendo a bandeira nacional nas cores originais e com dimensões (4 X 6)cm. Nas costas da camisa, a escrita “PODER JUDICIÁRIO FEDERAL”, com as seguintes medidas, conforme ANEXO F, na cor CO M20 Y60 K20, todos em silk <i>PODER JUDICIÁRIO” 2,5 cm de Altura e 26 cm de largura;</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - “FEDERAL” 5,0 cm de Altura e 26 cm de Largura; - Distância de Altura entre as palavras “Poder Judiciário” e “Federal” de 1,0 cm. <p>As peças deverão preservar as seguintes características: boa resistência; durabilidade; baixo índice de encolhimento; secagem rápida; modelagem mais ajustada ao corpo.</p> <p>Deverá conter etiqueta do fabricante e o tamanho do manequim (P, M, G e GG), que serão definidos quando da ocorrência de cada contratação.</p> | 120 unidades | R\$ |
| 10 | CAMISA GOLA POLO | <p>Características essenciais:</p> <p>Camisa gola Polo confeccionada em tecido malha Piquet (50% algodão e 50% poliéster), na cor preta. Parte frontal com brasão no lado esquerdo do peito, conforme modelo do ANEXO A, nas dimensões (10 x 7,5)cm.</p> | 220 unidades | R\$ |

| | | | | |
|--|--|---|--|--|
| | | Manga esquerda contendo a sigla “TRT 18ª REGIÃO”, com 1 cm na altura da fonte e de cor dourada, e o logotipo do TRT conforme ANEXO C , perfazendo o conjunto as dimensões de (8 X 6)cm. Manga direita contendo a bandeira nacional nas cores originais e com dimensões (4 X 6)cm, tudo em bordado ponto cheio . Nas costas da camisa, a escrita emborrachada “ PODER JUDICIÁRIO FEDERAL ” com 5 cm na altura da fonte, conforme ANEXO F , na cor CO M20 Y60 K20. Deverá conter etiqueta do fabricante com a composição do tecido e os tamanhos dos manequins (P, M, G ou GG), que serão definidos quando da ocorrência de cada contratação. | | |
|--|--|---|--|--|

O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir da publicação de seu extrato no Diário Oficial da União.

As especificações técnicas, assim como todas as obrigações e condições descritas no Edital, no Termo de Referência e na proposta de preços, integram esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

O foro para dirimir questões relativas à presente Ata será o da Justiça Federal, na Seção Judiciária de Goiás, com exclusão de qualquer outro.

A presente Ata, após lida e achada conforme, é assinada pelos representantes legais do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região e da Empresa _____.

Pelo TRT 18ª Região:

DIRETOR-GERAL
(assinado eletronicamente)

Pela empresa:

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(assinado eletronicamente)

ANEXO III**TERMO DE CADASTRO E RESPONSABILIDADE**

Visando atender ao disposto no item 8.2.1 do Edital do Pregão Eletrônico nº 80/2019, eu, _____, representante legal da empresa _____, forneço os dados abaixo para a criação de *login* e senha no Sistema de Controle de Documentos Avulsos (SISDOC) do TRT18:

CPF: _____

E-mail individual do representante da empresa: _____

Telefone de contato: _____

Endereço (com o CEP): _____

Declaro, para os devidos fins, que tenho ciência que o *login* e senha a serem criados pela Secretaria de Licitações e Contratos do TRT18 serão enviados diretamente para o e-mail informado acima, bem como sou responsável pelo uso e guarda da senha fornecida.

Declaro, por fim, responsabilizar-me pelo uso adequado das informações e documentos que terei acesso pelo Sistema.

Assinatura do representante legal da empresa

ANEXO IV**DECLARAÇÃO**
(NEPOTISMO)

Em cumprimento ao disposto no subitem 10.7.1 do Edital do Pregão Eletrônico nº 80/2019, a empresa _____ CNPJ nº _____, sediada na _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF _____, **DECLARA**, que não se enquadra na vedação constante do inciso VI da Resolução nº 7, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Assinatura do representante legal da empresa